

**ATA DA 430ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – CEPRAM**

No dia 26 de maio de 2026, realizou-se, de forma presencial, na Sala de Reuniões Arara Azul, na Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, a 430ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta ata e de convidados. A pauta compreendeu: apreciação da ata da 1ª Reunião Extraordinária do CEPRAM, realizada em 02/12/2025; apresentação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS; apresentação da minuta de regulamentação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro; atualização do Plano Estadual de Combate à Desertificação da Bahia; informes; e o que ocorrer. A Secretária Executiva, Mariana Stefanelli Mascarenhas, declarou aberta a reunião, informou que os trabalhos seriam gravados para subsidiar a elaboração da ata e passou a palavra ao Presidente do CEPRAM, Eduardo Mendonça Sodré Martins. O Presidente destacou os investimentos recentemente aprovados pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente - FERFA, agradeceu aos conselheiros que contribuíram para as deliberações e informou sobre a implantação da nova sala de reuniões destinada ao CEPRAM e ao CONERH, bem como sobre a inauguração do Memorial dos Ex-Secretários da SEMA. Na sequência, apresentou esclarecimentos acerca da proposta de criação da Unidade de Conservação da Serra da Chapadinha, informando que os estudos técnicos indicaram a criação de um Refúgio de Vida Silvestre - REVIS, fundamentado em critérios técnicos, biológicos e territoriais, estando prevista a realização de consulta pública durante a Semana do Meio Ambiente. Também informou sobre as providências adotadas pela SEMA em relação às denúncias envolvendo a área de São Tomé de Paripe, esclarecendo que o órgão acompanha o caso desde fevereiro, realizou as análises técnicas cabíveis, mantém a área embargada e conclui novos relatórios para subsidiar as medidas administrativas necessárias. Por fim, apresentou Danilo Mesquita como novo Chefe de Gabinete do INEMA, desejando-lhe êxito no exercício da função. Foi concedida a palavra aos conselheiros (as), Marjorie Nolasco - UEFS solicitou informações sobre a reativação das Unidades de Conservação e de seus Conselhos Gestores, especialmente na Chapada Diamantina, manifestando preocupação com a situação da APA Marimbus-Iraquara, da área de proteção de



34 Rio de Contas e com a possível subdivisão de unidades existentes. Destacou
35 ainda a necessidade de fortalecimento das ações de proteção aos defensores
36 ambientais em todo o Estado. Em resposta, Eduardo M. Sodré Martins informou
37 que as demandas seriam encaminhadas ao novo Chefe de Gabinete do INEMA
38 para avaliação e acompanhamento. Gustavo Hees - GAMBÁ parabenizou as
39 iniciativas apresentadas e solicitou informações sobre o andamento dos
40 processos de criação e consolidação de Unidades de Conservação,
41 especialmente da APA Nascentes do Itapicuru e da Serra da Jiboia. Também
42 questionou a regulamentação da cobrança de ingresso nas Unidades de
43 Conservação estaduais e a definição da zona de amortecimento do Parque
44 Estadual das Sete Passagens. Luiz Vitor Marsala - IDEIA destacou a
45 necessidade de retomada das reuniões dos Conselhos Gestores das APAs
46 Tinharé-Boipeba e Guaibim, manifestou preocupação com a baixa frequência
47 das reuniões das Câmaras Técnicas do CEPRAM e solicitou a apresentação das
48 informações gerais relativas ao acordo firmado entre o Estado da Bahia e a
49 Petrobras para aplicação de recursos decorrentes de passivos ambientais.
50 Martin Mayr - ADES reforçou a preocupação com a sobreposição de conflitos
51 fundiários e ambientais na região Oeste do Estado, destacando os impactos
52 sobre comunidades tradicionais em decorrência de questões relacionadas ao
53 uso do território, supressão vegetal e captação irregular de recursos hídricos.
54 Reconheceu a sensibilidade demonstrada pelo Governo do Estado e por
55 diversas autoridades no tratamento dessas demandas. Ressaltou, contudo, a
56 preocupação com situações em que representantes de comunidades geraizeiras
57 vêm sendo alvo de acusações criminais relacionadas à sua atuação em defesa
58 dos territórios tradicionais, alertando para o risco de criminalização dos
59 movimentos sociais e das lideranças comunitárias envolvidas na defesa
60 socioambiental da região. Em resposta aos questionamentos, Eduardo Sodré
61 Martins informou que a criação da Unidade de Conservação da Serra da Jiboia
62 teve seu cronograma temporariamente readequado em razão da prioridade
63 conferida à proposta da Serra da Chapadinha, atendendo solicitação do
64 Ministério Público. Esclareceu que a criação da Unidade de Conservação das
65 Nascentes do Itapicuru integra as próximas ações da SEMA. Quanto aos
66 Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, reconheceu a existência de
67 demandas relacionadas ao seu funcionamento e propôs que o INEMA apresente

PD

JK

68 ao CEPRAM um diagnóstico contemplando a situação dos Conselhos, sua
69 composição, calendário de reuniões, funcionamento e principais dificuldades,
70 com vistas à definição de encaminhamentos. Sobre o acordo firmado entre o
71 Estado da Bahia e a Petrobras, informou que a SEMA acompanha
72 periodicamente sua execução. Esclareceu que o processo tramita sob sigilo, a
73 pedido da empresa, mas comprometeu-se a verificar a possibilidade de
74 apresentar ao Conselho informações gerais sobre os projetos e ações
75 decorrentes do acordo. Em relação às manifestações sobre os conflitos
76 envolvendo comunidades geraizeiras no oeste baiano, solicitou que fossem
77 encaminhadas informações complementares à SEMA, a fim de subsidiar o
78 diálogo institucional com a Secretaria de Segurança Pública e demais órgãos
79 competentes. Na sequência, Amanda Santos Silva – SDE solicitou informações
80 sobre a elaboração e revisão dos Planos de Manejo das Unidades de
81 Conservação. Em resposta, o Eduardo Sodré Martins informou que a elaboração
82 desses instrumentos constitui prioridade do Governo do Estado e que há
83 previsão de encaminhamento de onze novos Planos de Manejo ao CEPRAM até
84 o final do ano, priorizando inicialmente as unidades que ainda não dispõem
85 desse instrumento. Mariana Mascarenhas complementou que o cronograma dos
86 Planos de Manejo foi apresentado recentemente à Câmara Técnica de
87 Biodiversidade - CTBIO, estando prevista nova reunião para apreciação de
88 solicitação de rezoneamento pontual. Informou, ainda, que a Câmara Técnica de
89 Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável -CTPPDS realizou reunião de
90 alinhamento para definição de prioridades, destacando que a minuta referente à
91 mineração foi disponibilizada aos membros da Câmara. Esclareceu que o
92 conselheiro Renato Cunha - GAMBÁ ficou responsável por promover diálogo
93 com representantes da sociedade civil para subsidiar o aprimoramento da
94 proposta. Ressaltou que a Câmara Técnica Recursal mantém reuniões
95 regulares, porém registrou preocupação com a baixa participação de
96 representantes do Poder Público e da sociedade civil nas demais Câmaras
97 Técnicas, situação que tem comprometido a tramitação e análise das matérias.
98 Dando prosseguimento à pauta, a Secretária Executiva concedeu a palavra à
99 representante da SEDUR, Lis Correia, para apresentação do Plano Estadual de
100 Resíduos Sólidos - PERS. Lis Correia informou que atualmente coordena a área
101 de manejo e resíduos sólidos da SEDUR e convidou Bianca Menezes, integrante



102 da equipe responsável pela elaboração do Plano, para realizar a apresentação.
103 Bianca Menezes informou que a metodologia do Plano considerou os 27
104 Territórios de Identidade da Bahia, agrupados em cinco blocos regionais, com o
105 objetivo de facilitar as análises técnicas e ampliar a participação social durante
106 sua elaboração. Apresentou os principais resultados do diagnóstico, destacando
107 que parcela significativa dos municípios baianos ainda não possui Política
108 Municipal de Saneamento Básico, Plano Municipal de Saneamento Básico ou
109 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Informou que o
110 diagnóstico também contemplou o levantamento das cooperativas e associações
111 de catadores de materiais recicláveis existentes no Estado, identificando regiões
112 sem atuação dessas organizações. Ressaltou que o mapeamento foi validado
113 pelo Comitê de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.
114 Quanto à percepção da população, destacou que a avaliação dos serviços de
115 limpeza urbana e gestão de resíduos foram predominantemente negativas,
116 sendo apontados como principais problemas a permanência de lixões, a
117 deficiência da coleta de resíduos, especialmente nas áreas rurais, a insuficiência
118 da coleta seletiva, as fragilidades da logística reversa e a destinação inadequada
119 de resíduos especiais e da construção civil. Acrescentou que o diagnóstico
120 identificou diversos pontos de descarte irregular de resíduos e evidenciou a
121 importância das cooperativas de catadores para a coleta seletiva, muitas vezes
122 sem o apoio necessário dos municípios. Informou que, a partir do diagnóstico,
123 foram definidos diretrizes, objetivos, metas e ações de curto, médio e longo
124 prazo, em conformidade com a legislação vigente. Destacou, ainda, a realização
125 do Seminário de Lançamento do Plano, em setembro de 2024, e informou que
126 todos os produtos elaborados se encontram disponíveis no portal da SEDUR.
127 Encerrada a apresentação, a Secretária Executiva agradeceu a exposição e
128 concedeu a palavra a Mateus Cunha, para complementação. Mateus Cunha
129 ressaltou que a elaboração do Plano decorre da Política Nacional de Resíduos
130 Sólidos e informou que sua execução teve início em 2019, por meio de parceria
131 entre o Estado da Bahia e o Ministério do Meio Ambiente. Esclareceu que, apesar
132 dos impactos provocados pela pandemia, o trabalho foi concluído com amplo
133 processo participativo, envolvendo representantes do poder público, sociedade
134 civil, conselhos, entidades técnicas, sindicatos e organizações de catadores.
135 Destacou que foram levantadas informações em aproximadamente 94% dos




136 municípios baianos, utilizando dados de campo e informações produzidas pela
137 SEDUR e pela CONDER. Ressaltou que, conforme a Política Estadual de
138 Resíduos Sólidos, o CEPRAM e o CONCIDADES exercem papel consultivo na
139 implementação do Plano. Por fim, observou que a destinação inadequada de
140 resíduos permanece como um dos principais desafios ambientais do Estado e
141 informou que parte das ações previstas no Plano já se encontra em fase de
142 implementação. Na sequência, passou-se à discussão da matéria, Aurinézio
143 Calheira –COFIC questionou as ações previstas para os municípios de Camaçari
144 e Dias d'Ávila. Informou que o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari -
145 COFIC, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria - CNI e a
146 Federação das Indústrias do estado da Bahia - FIEB, desenvolve uma plataforma
147 de simbiose industrial voltada ao reaproveitamento de resíduos no Polo Industrial
148 de Camaçari e colocou a instituição à disposição para colaborar com a
149 implementação do Plano. Em resposta, Lis Correia esclareceu que os municípios
150 devem formalizar suas demandas junto à SEDUR para que sejam avaliadas pela
151 equipe técnica e adotadas as providências cabíveis. Na sequência, Glauciana
152 de Araújo (AIBA) destacou os avanços da gestão de resíduos sólidos no Estado
153 e questionou a participação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente na
154 implementação do Plano. Sugeriu que o CEPRAM apoie os municípios na
155 execução da Política Estadual de Resíduos Sólidos e compartilhou experiências
156 da região Oeste relacionadas à logística reversa de embalagens de defensivos
157 agrícolas. Eduardo Sodré Martins observou que a Bahia ainda enfrenta
158 importantes desafios na gestão de resíduos sólidos e ressaltou a necessidade
159 de maior apoio técnico aos municípios para elaboração de seus planos
160 municipais, destacando a importância da atuação integrada entre SEMA,
161 SEDUR e demais instituições envolvidas. Mateus Cunha complementou que a
162 SEDUR desenvolveu, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o
163 Desenvolvimento - PNUD, estudos e modelagens para consórcios
164 intermunicipais da região Oeste, contemplando aspectos técnico-operacionais,
165 econômico-financeiros e jurídico-institucionais, além da elaboração de planos de
166 logística reversa. Informou ainda que diversos consórcios receberam apoio para
167 elaboração de Planos Intermunicipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos,
168 incluindo o município de Luís Eduardo Magalhães. Lis Correia – SEDUR
169 acrescentou que a região Oeste registrou avanços na logística reversa,



170 especialmente por meio da parceria com o Instituto Nacional de Processamento
171 de Embalagens Vazias - INPEV, responsável pela implantação e ampliação de
172 unidades de recebimento de embalagens de defensivos agrícolas, além do
173 fortalecimento do sistema "Jogue Limpo". Gustavo Leão - SESAB ressaltou a
174 importância da integração entre saúde pública e gestão ambiental, colocando a
175 Secretaria da Saúde à disposição para contribuir tecnicamente por meio de seus
176 sistemas de inteligência e vigilância em saúde. Destacou que o cruzamento de
177 informações ambientais e epidemiológicas pode subsidiar diagnósticos
178 territoriais mais precisos e fortalecer o planejamento das ações relacionadas ao
179 saneamento e à gestão de resíduos sólidos. Tiago Porto - DIPPA/SEMA
180 informou que a SEMA atua em parceria com a SEDUR na implementação da
181 logística reversa no Estado e comunicou que está em elaboração uma minuta de
182 decreto para regulamentar os sistemas de logística reversa na Bahia,
183 abrangendo os materiais previstos na legislação nacional. Esclareceu que a
184 proposta será submetida à consulta pública e posteriormente apresentada ao
185 CEPRAM. Também destacou que a reforma tributária criou novos instrumentos
186 capazes de incentivar políticas ambientais municipais, informando que a SEMA
187 e a Secretaria da Fazenda elaboraram proposta de critérios ambientais para
188 distribuição de receitas aos municípios, matéria que deverá ser debatida
189 tecnicamente no âmbito do CEPRAM. Mariana Mascarenhas informou que a
190 SEMA mantém convênios com 27 consórcios intermunicipais e vem estruturando
191 novas ações de cooperação voltadas ao fortalecimento da gestão de resíduos
192 sólidos. Ressaltou que, em articulação com a SEDUR e os consórcios, estão
193 sendo desenvolvidas iniciativas de apoio à elaboração de planos municipais,
194 educação ambiental, fortalecimento da coleta seletiva e organização de
195 cooperativas de catadores. Durante os debates, Marjorie Nolasco - UEFS
196 sugeriu que os critérios para distribuição de recursos aos municípios
197 contemplem mecanismos efetivos de participação social, valorizando o
198 funcionamento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. Tiago Porto
199 concordou com a proposta e informou que a existência e o funcionamento regular
200 dos conselhos já figuram entre os critérios em discussão. Luiz Vitor Marsala -
201 IDEIA destacou a necessidade de fortalecimento dos Conselhos Municipais de
202 Meio Ambiente, observando que, em diversos territórios, esses colegiados
203 perderam representatividade ao longo dos últimos anos, comprometendo a

PA

204 participação social. Gustavo Hees - GAMBÁ sugeriu que o tema fosse debatido
205 pela Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada - CTGAC). Em
206 resposta, Mariana Mascarenhas Secretária Executiva esclareceu que a
207 organização dos consórcios é de competência dos municípios, cabendo aos
208 conselhos territoriais exercer papel de articulação e controle social. Informou,
209 ainda, que o tema será aprofundado em momento oportuno e assumiu o
210 compromisso de apresentar ao CEPRAM um panorama atualizado do Programa
211 GAC e de seu planejamento para os próximos anos. Concluída a discussão do
212 Plano Estadual de Resíduos Sólidos, passou-se ao item seguinte da pauta,
213 referente à apresentação da minuta de regulamentação do Plano Estadual de
214 Gerenciamento Costeiro, conduzida por Tiago Porto - DIPPA/SEMA. Na
215 sequência, Tiago Porto esclareceu que a apresentação tinha por objetivo expor
216 a estrutura da minuta de decreto que regulamentará o Plano Estadual de
217 Gerenciamento Costeiro - PEGC, não se tratando da apresentação do Plano
218 propriamente dito. Inicialmente, contextualizou os fundamentos legais do
219 gerenciamento costeiro na Bahia, destacando que a Política Estadual de Meio
220 Ambiente instituiu o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, posteriormente
221 regulamentado por decretos estaduais que atribuíram à SEMA a coordenação
222 do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO e estabeleceram
223 diretrizes para sua implementação. Apresentou informações sobre a zona
224 costeira baiana, composta por aproximadamente 1.181 km de litoral e 53
225 municípios, ressaltando sua relevância ambiental, econômica e social. Informou
226 que a Bahia já atingiu a meta internacional de proteção de 30% das áreas
227 costeiras e marinhas, destacando a necessidade de fortalecer os instrumentos
228 de gestão dessas áreas. Em seguida, apresentou a estrutura da minuta de
229 decreto, composta por disposições gerais, princípios, objetivos, diretrizes,
230 instrumentos, Sistema Estadual de Gestão Costeira, ordenamento da zona
231 costeira e disposições finais. Destacou que a principal inovação da proposta
232 consiste na reorganização das sub-regiões costeiras, compatibilizando-as com
233 os Territórios de Identidade e abrangendo os 53 municípios costeiros e o mar
234 territorial baiano. Também apresentou informações sobre o Projeto Orla,
235 explicando que se trata de iniciativa do Governo Federal destinada a apoiar os
236 municípios na gestão de suas praias e orlas marítimas, mediante adesão
237 voluntária e elaboração de plano específico de ordenamento territorial. Ao final,

238 informou que a minuta seria encaminhada aos conselheiros para análise e
239 apresentação de contribuições antes de sua consolidação. Em seguida, iniciou-
240 se a fase de debates, Sérgio Bastos - SINPEQ questionou se as ilhas localizadas
241 na costa baiana estariam abrangidas pela proposta. Em resposta, Tiago Porto
242 esclareceu que todas as ilhas situadas dentro do limite do mar territorial integram
243 a zona costeira e estão contempladas pela regulamentação. Marjorie Nolasco -
244 UEFS apresentou considerações sobre a redação da minuta, sugerindo maior
245 precisão quanto à delimitação das praias e recomendando evitar referências
246 excessivamente específicas a normas passíveis de alteração futura, visando
247 conferir maior segurança jurídica ao texto. Tiago Porto informou que as
248 sugestões seriam avaliadas pela equipe técnica, esclarecendo que a definição
249 adotada para o conceito de praia segue a legislação nacional vigente e que a
250 redação poderá ser aperfeiçoada antes da versão final. Leila Oliveira - Sindicato
251 dos Produtores Rurais de Ibicoara manifestou preocupação quanto ao papel da
252 Comissão Técnica Estadual do GERCO e à eventual criação de nova Câmara
253 Técnica no âmbito do CEPRAM, ressaltando a necessidade de discutir
254 previamente as competências e atribuições dessas instâncias. Em resposta,
255 Tiago Porto esclareceu que a Comissão Técnica Estadual do GERCO já possui
256 previsão normativa e informou que a criação de Câmara Técnica no CEPRAM
257 foi apresentada apenas como possibilidade para subsidiar futuras discussões
258 sobre gerenciamento costeiro. Mariana Mascarenhas ponderou que qualquer
259 proposta de criação de Câmara Técnica deverá observar o Regimento Interno
260 do CEPRAM e ser submetida previamente ao Plenário. Destacou, ainda, a
261 necessidade de avaliar a disponibilidade dos conselheiros para participação em
262 novas instâncias, considerando o número de colegiados já coordenados pela
263 SEMA. Leila Oliveira - Sindicato dos Produtores Rurais de Ibicoara reforçou a
264 importância de avaliar previamente as atribuições e o interesse dos conselheiros
265 antes da criação de novos grupos de trabalho. Rômulo Alexandrino da Silva -
266 Sindicato Rural de Gandu questionou o rito de tramitação da minuta até sua
267 publicação. Tiago Porto informou que, após a consolidação das contribuições
268 apresentadas pelo CEPRAM, a proposta será encaminhada à Procuradoria-
269 Geral do Estado - PGE e, posteriormente, à Casa Civil para os trâmites
270 necessários à edição do decreto. Esclareceu ainda que a versão consolidada
271 será novamente disponibilizada aos conselheiros antes de sua conclusão.




272 Mariana Mascarenhas ressaltou que, embora a edição do decreto seja
273 competência do Poder Executivo, a SEMA adota como prática institucional
274 submeter previamente suas minutas ao CEPRAM, com o objetivo de ampliar a
275 participação social e aperfeiçoar os instrumentos normativos. Prosseguindo os
276 debates, Luiz Vitor Marsala – IDEIA destacou a necessidade de ampliar a
277 discussão sobre temas relacionados à balneabilidade e ao uso sustentável das
278 áreas costeiras, mencionando preocupações relativas ao lançamento de
279 efluentes e ao uso intensivo de embarcações recreativas em áreas de grande
280 sensibilidade ambiental. Em resposta, Tiago Porto esclareceu que parte dessas
281 questões poderá ser disciplinada por normas específicas e pelos Planos de
282 Manejo das Unidades de Conservação localizadas na zona costeira. Ressaltou
283 ainda que determinadas competências regulatórias são atribuídas a outros
284 órgãos, a exemplo da Marinha do Brasil. Mariana Mascarenhas, Secretária
285 Executiva acrescentou que o CEPRAM poderá formular recomendações por
286 meio de suas Câmaras Técnicas, contribuindo para o aperfeiçoamento dos
287 instrumentos de gestão das Unidades de Conservação costeiras. Na sequência,
288 Amanda Santos Silva – SDE questionou quais diagnósticos e estudos técnicos
289 subsidiaram a elaboração da minuta, ressaltando a importância de considerar
290 pesquisas científicas relacionadas à qualidade ambiental da zona costeira, à
291 contaminação por efluentes urbanos e aos impactos de atividades econômicas
292 sobre os ecossistemas marinhos. Tiago Porto reconheceu a relevância das
293 contribuições apresentadas e destacou que a ciência oceânica tem fornecido
294 importantes subsídios para o aperfeiçoamento da gestão costeira. Esclareceu
295 que a minuta possui caráter geral e orientador, cabendo a instrumentos
296 específicos regulamentar temas mais detalhados. Também observou que a
297 SEMA defende uma abordagem baseada nos princípios da economia azul
298 sustentável, conciliando o uso dos recursos marinhos com a conservação
299 ambiental. Mariana Humia - SIDA/SEMA complementou informando que o
300 Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO e o Relatório
301 de Qualidade Ambiental da Zona Costeira constituem instrumentos estratégicos
302 para o monitoramento ambiental e para a avaliação da efetividade das ações de
303 gestão pública. Acrescentou que a elaboração da minuta observou as diretrizes
304 do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e os debates relacionados ao
305 Planejamento Espacial Marinho. Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM

ressaltou a importância de que a regulamentação concilie a proteção ambiental com as necessidades econômicas e sociais da população, promovendo o desenvolvimento sustentável da zona costeira. Marjorie Nolasco – UEFS sugeriu a participação de instituições técnicas especializadas, como o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral-CBPM, nas discussões relacionadas ao gerenciamento costeiro. Defendeu ainda o fortalecimento da participação da sociedade civil nos processos de governança e planejamento territorial. Encerrando o debate, Mariana Mascarenhas informou que a minuta consolidada será encaminhada aos conselheiros para análise e apresentação de contribuições, acompanhada de informações complementares sobre as competências da Comissão Técnica Estadual do GERCO. Na sequência, a Secretária Executiva esclareceu que o item referente ao Plano Estadual de Combate à Desertificação seria tratado como informe, sendo posteriormente submetido à apreciação do Plenário em momento oportuno. Tiago Porto - DIPPA/SEMA apresentou informações sobre o processo de atualização do Plano Estadual de Combate à Desertificação - PAE, destacando a relevância do tema para a Bahia, cujo território semiárido abrange grande parte dos municípios do Estado. Explicou que a desertificação corresponde a um processo de degradação do solo caracterizado pela perda progressiva de suas funções ecológicas e produtivas, produzindo impactos significativos sobre os recursos hídricos, a biodiversidade, a produção de alimentos e as condições de vida das populações afetadas. Informou que a Bahia possui Plano Estadual de Combate à Desertificação desde 2014 e que sua atualização está sendo realizada em consonância com o novo Plano Nacional de Combate à Desertificação, publicado em 2025. Esclareceu que a SEMA firmou parceria com o Governo Federal para execução do projeto e contratou instituição especializada para atualização do diagnóstico, incluindo a identificação das áreas mais vulneráveis à degradação ambiental e aos efeitos das mudanças climáticas. Destacou que o processo de revisão prevê ampla participação social, por meio da realização de oficinas territoriais destinadas à escuta da população e à definição das prioridades do Plano. Informou que a primeira oficina ocorreria em Juazeiro e a segunda em Guanambi. Acrescentou que a proposta é construir um instrumento mais estratégico, com definição clara de prioridades e compartilhamento de responsabilidades entre Estado, municípios e setor

340 privado. Por fim, informou que o processo de atualização continuará sendo
341 acompanhado pelo CEPRAM, que terá oportunidade de contribuir com sua
342 elaboração. Mariana Mascarenhas solicitou que, nas próximas reuniões
343 ordinárias do CEPRAM, fossem apresentados os resultados das oficinas
344 participativas realizadas em Juazeiro e Guanambi, possibilitando ao Conselho
345 acompanhar a evolução da atualização do Plano e contribuir com seu
346 aperfeiçoamento. Leila Oliveira - Sindicato dos Produtores Rurais de Ibicoara
347 sugeriu que a próxima apresentação abordasse a articulação do Plano Estadual
348 de Combate à Desertificação com as demais políticas públicas estaduais
349 voltadas às mudanças climáticas. Na sequência, Gustavo Leão – SESAB
350 informou que a Secretaria da Saúde elaborou o Plano de Adaptação e Mitigação
351 do Setor Saúde às Mudanças Climáticas, destacando a adoção de estratégias
352 integradas de vigilância, monitoramento e resposta aos impactos climáticos
353 sobre a saúde da população. Acrescentou que a Bahia será o primeiro estado a
354 implantar o Centro de Inteligência em Saúde e Clima, iniciativa coordenada pelo
355 Ministério da Saúde, destinada ao monitoramento de eventos relacionados à
356 seca, estiagem, queimadas e outros fenômenos climáticos extremos. Ressaltou,
357 ainda, a atuação conjunta da SESAB, SEMA e INEMA no compartilhamento de
358 dados e indicadores voltados à gestão dos riscos associados às mudanças
359 climáticas. Gustavo Hees- GAMBÁ observou que a desertificação decorre
360 principalmente da degradação do solo, razão pela qual defendeu maior
361 integração entre as políticas de conservação ambiental, uso sustentável do
362 território e produção agropecuária. Em resposta, Tiago Porto esclareceu que o
363 Plano Nacional de Combate à Desertificação utiliza indicadores relacionados à
364 cobertura vegetal, matéria orgânica do solo e produtividade primária para
365 identificação das áreas degradadas. Informou que a SEMA pretende ampliar
366 esse diagnóstico na Bahia, incorporando também variáveis climáticas. Ressaltou
367 que o enfrentamento da desertificação exige atuação transversal entre diferentes
368 políticas públicas e informou que está sendo proposta a vinculação do Plano ao
369 Fórum de Convivência com o Semiárido, coordenado pela Casa Civil,
370 permanecendo a coordenação técnica sob responsabilidade da SEMA.
371 Comprometeu-se, por fim, a manter o CEPRAM informado sobre o andamento
372 dos trabalhos e das etapas de atualização do Plano. Mariana Mascarenhas
373 destacou a importância da integração institucional entre os diversos órgãos



374 envolvidos na agenda ambiental e de mudanças climáticas, ressaltando que o
375 acompanhamento permanente pelo CEPRAM contribuirá para o
376 aperfeiçoamento do Plano Estadual de Combate à Desertificação. Não havendo
377 outros assuntos a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos conselheiros
378 e convidados, declarou encerrada a reunião e determinou a lavratura da presente
379 ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do CEPRAM e
380 pela Secretária Executiva.

381 **Presidente do CEPRAM:** Eduardo Mendonça Sodré Martins– SEMA

382 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas – DIEAS/SEMA

383 **Conselheiros presentes:**

384 Gildélia de Lacerda – SEINFRA

385 Amanda Santos Silva – SDE

386 Lucigleide Nery Nascimento– SEPLAN

387 Lis Correia Barreto - SEDUR

388 Gustavo Soares Leão – SESAB

389 Márcia Reis Bittencourt - UPB

390 Izabella Lopes Pacheco de Miranda – FIEB

391 Roberta Casali - SINDIBRITA

392 Aurinézio Calheira Barbosa- COFIC

393 Sergio de Almeida Bastos – SINPEQ

394 Jordan Luiz Werlang – CETREL S.A

395 Rogério Silva da Paixão – FERBA S.A

396 Alberto Carvalho de Oliveira Filho – SUZANO S.A

397 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA

398 Juçara Leão Tanajura – PETROBAHIA

399 Walter Schimmelpfeng – Solar Energia Locações e Instalações LTDA

400 Rômulo Alexandrino da Silva – Sindicato Rural de Gandú

- 401 Glauciana Pereira de Araújo- AIBA
- 402 Yanna Karoline Santos da Costa - ABAPA
- 403 Leila Márcia Souza Oliveira – Sindicato de Produtores Rurais e Ibicoara
- 404 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ
- 405 Alessandra da Silva lima - SINDAE
- 406 Marjorie Cseko Nolasco – UEFS
- 407 Fábio de Oliveira - UNEB
- 408 Martin Mayr - ADES
- 409 Gustavo Hees de Negreiros – GAMBÁ
- 410 Luis Vitor Marsala – IDEIA
- 411 Juan Sterfan Pereira Campos – OSCIP RIO LIMPO

